**“As negras do meu avô”: uma análise crítico-discursiva
da representação feminina em *Menino de engenho*¹**
*“Las mujeres negras de mi abuelo”: un análisis crítico-discursivo
de la representación femenina en Menino de engenho*

Rayane Maria da Silva OLIVEIRA²
Lilian Noemia Torres de MELO-GUIMARÃES³

Resumo: Dada a conjuntura vivenciada no Brasil, no que diz respeito ao discurso racista produzido nas primeiras décadas após a abolição da escravidão, e à urgência do combate a tal mácula social, produzida e reproduzida nos mais variados estratos da sociedade, buscou-se, através da presente pesquisa, compreender como o discurso atua e legitima a manutenção dos lugares sociais das mulheres negras na obra *Menino de engenho* (2002), de José Lins do Rego. Para tanto, procurou-se, a partir de autores da Análise Crítica do Discurso (ACD), como Van Dijk (2008) e Wodak (2004), a compreensão de que o discurso é construído e propagado nos mais variados meios, possibilitando a visão crítica sobre as relações de poder estabelecidas no cotidiano e que perpassam a obra literária. Utilizou-se também teóricos dos estudos sobre raça, como Skidmore (2012) e Schwarcz (2018), entre outros, para entender como se constituiu a questão racial no Brasil após a escravidão. A análise evidenciou a força do discurso racista e a manutenção dos lugares sociais das mulheres negras, na obra em destaque, estabelecidas nas relações de poder que o escravismo determinou na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia racista. Mulher negra. Literatura. *Menino de engenho*.

Resumen: Dada la situación vivida en Brasil, con respecto al discurso racista producido en las primeras décadas después de la abolición de la esclavitud y la urgencia de hacer frente a tal mancha social producida y reproducida en los más diversos estratos de la sociedad, se buscó a través de esta investigación, entender cómo el discurso actúa y legitima el mantenimiento de los lugares sociales de las mujeres negras en la obra *Menino de engenho* (2002), de José Lins do Rego. Para ello, se buscó, en los autores del Análisis Crítico del Discurso (ACD), como Van Dijk (2008) y Wodak (2004), comprender como el discurso se construye y se propaga en los más distintos medios, permitiendo una visión crítica de las relaciones de poder establecidas en la vida cotidiana y que figuran en la obra literaria. Teóricos de estudios de raza, como Skidmore (2012) y Schwarcz (2018), entre otros, fueron utilizados para comprender cómo se constituyó la cuestión racial en Brasil después de la esclavitud. El análisis mostró la fuerza del discurso racista y el mantenimiento de los lugares sociales de las mujeres negras, en la obra mencionada, establecidas en las relaciones de poder que la esclavitud determinó en la sociedad brasileña.

Keywords: Discurso. Ideología racista. Mujer negra. Literatura. *Menino de engenho*.

<http://dx.doi.org/10.24024/23585188v13n1a2020p790XX>

¹ Recorte da monografia de conclusão de especialização em Linguística Aplicada às Práticas Discursivas, intitulada “Discurso e racismo: uma análise crítica da representação do negro em *Menino de engenho*”, 2018.

² Pós-graduanda em Linguística Aplicada às Práticas Discursivas pela Fafire | e-mail: rayanemsoliveira@gmail.com

³ Doutora em Linguística | UFPE | Professora da UFRPE-Unidade Acadêmica de Serra Talhada | Professora da pós-graduação em Linguística Aplicada às Práticas Discursivas pela Fafire | E-mail: lilian.noemia@gmail.com

Introdução

O presente trabalho é um recorte da monografia de conclusão de especialização em Linguística Aplicada às Práticas Discursivas, intitulada "Discurso e racismo: uma análise crítica da representação do negro em *Menino de engenho*". Essa pesquisa nasceu de uma inquietação a respeito de como as relações raciais são naturalizadas na literatura, e tem como objetivo compreender como o discurso atua e legitima a manutenção dos lugares sociais das mulheres negras na obra *Menino de engenho*.

A respeito da metodologia, o presente trabalho optou pela pesquisa qualitativa, que permite um olhar mais abrangente sobre o objeto de estudo, de cunho documental. Esta pesquisa fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso, que estuda a linguagem destacando elementos discursivos que influenciam nos processos ideológicos. Os instrumentos de pesquisa foram a análise e leitura da bibliografia escolhida, que inclui como autores principais Van Dijk (2008), Wodak (2004), Skidmore (2012), Schwarcz (2018), entre outros. Além disso, fez-se a análise da obra *Menino de engenho*, que retrata de forma explícita as relações sociais entre mulheres negras e homens brancos. A análise da obra teve como princípio o destaque de elementos discursivos para ressaltar as características ideológicas que dão suporte às desigualdades raciais.

Este artigo, então, está estruturado em três tópicos. O primeiro faz breves considerações sobre a Análise Crítica do Discurso, apresentando os teóricos que contribuem para a fundamentação dessa pesquisa, assim como trata dos conceitos de ideologia, poder e suas relações com o discurso, o que contribuiu para direcionar a análise documental do *corpus*. No segundo tópico, foram evidenciados o conceito de racismo e sua relação com o discurso. Por fim, o terceiro tópico traz a análise da obra *Menino de engenho*, com o intuito de compreender como as personagens negras são afetadas pelos discursos que circulam na sociedade da época.

1. Análise crítica do discurso: breves considerações

A Análise Crítica do Discurso (ACD) surgiu como uma preocupação com o discurso como prática social transformadora da sociedade. Além de observar como as relações de poder são mantidas através do comportamento linguístico, a ACD também analisa a influência da prática social do discurso na cognição (MELO, 2009).

A ACD concebe o discurso como prática social, que permite ao indivíduo agir sobre o mundo:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Desse modo, a ACD tem como objetivo, de acordo com Wodak, "investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)" (WODAK, 2004, p. 225). Nesse sentido, ao escancarar as estruturas de poder que são sustentadas pelo uso da linguagem, a ACD permite que o indivíduo tome consciência de como essa manipulação acontece e é mantida, e possa dar o primeiro passo para a libertação. Segundo a autora, assim como a linguagem permite a dominação de uma pessoa sobre a outra, ela oferece mecanismos para que o sujeito se emancipe, desnaturalizando certos processos e discursos (WODAK, 2004).

Ainda segundo Wodak (2004), a ACD entende o discurso como político, com a manutenção e transformações das relações de poder, e ideológico, pois permite a naturalização e a transformação dos significados. A ideologia é vista como objeto principal de análise nessa corrente, como uma categoria de análise linguístico-discursiva, na intersecção entre língua e sociedade (WODAK, 2004).

Um dos principais teóricos da ACD, Van Dijk destaca-se por uma concepção sociocognitiva do discurso. Segundo o autor, o aspecto sociocognitivo é uma interface entre a prática discursiva e a prática

social. A abordagem de Van Dijk é multidisciplinar e se divide na tríade discurso, cognição e sociedade. A abordagem do teórico difere de Fairclough por não se limitar a uma análise metodológica e dialética entre o social e o discurso, além disso, Van Dijk postula que não existe uma ligação direta entre o discurso e o social, e que uma abordagem cognitiva deve ser considerada (VAN DIJK, 2008). Considerar o caráter cognitivo do discurso é importante para a presente pesquisa, dado que as crenças, memórias e valores estão intimamente conectados à cognição.

A interface cognitiva é trazida através do conceito de modelos mentais, que são compostos por crenças, valores, ideias e princípios ideológicos compartilhados por um grupo social. Cada indivíduo tem suas próprias crenças que interagem e são compartilhadas dentro do coletivo. A cognição influencia a interação entre os atores sociais e os discursos enquanto representações sociais (VAN DIJK, 2008). Nesse sentido, a cognição refere-se à memória, opiniões, conhecimentos tanto individuais quanto coletivos.

Para atingir os objetivos dessa presente pesquisa, se verá adiante a relação entre ideologia e poder e sua atuação na manutenção das relações abusivas de poder.

1.1 Ideologia e poder

Os conceitos de ideologia e poder recebem um tratamento diferenciado na ACD e, por dialogarem com os objetivos dessa área de pesquisa, serão tratados sucintamente neste tópico.

Van Dijk (2008) encara o conceito de poder como algo amplo e que necessita de uma teoria mais criteriosa e que dialogue com outras áreas de conhecimento. Entretanto, o autor tenta defini-lo como uma forma de controle simbólico sobre a sociedade. Para o exercício do poder, há a percepção de que existem no discurso práticas sociais diferenciadas e, conseqüentemente, as relações sociais mostram-se discrepantes. Sendo assim, o poder se relaciona com os papéis sociais que cada indivíduo exerce — seja para manter uma relação abusiva de poder, seja para romper com a dominação —, e os recursos que estão disponíveis para tal exercício. Nesse sentido, o poder é visto como interação social entre grupos, permitindo a ação social de um grupo e, conseqüentemente, limitando a de outro (VAN DIJK, 2008).

Essa noção de poder, em geral, volta-se para os grupos sociais (as elites) e as instituições que controlam, por exemplo, o discurso público. Para o autor, o poder está diretamente ligado ao acesso aos recursos sociais, que podem ser limitados em algumas sociedades, como o acesso à informação, educação, riquezas, *status* ou autoridade, por exemplo (VAN DIJK, 2008). E esse poder é o que dá a possibilidade de dominação de um grupo social sobre o outro, através de três maneiras: o controle da mente, do contexto e do discurso. Esses controles diferem no conceito, mas se entrecruzam e colaboram para a reprodução do poder:

[...] o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais (VAN DIJK, 2008, p. 18).

Essa noção trazida pela ACD reforça mais ainda o objetivo da disciplina: desvelar e combater o abuso de poder dos grupos dominantes. Van Dijk (2008, p. 29) reflete que esse abuso de poder “significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder contra os interesses dos outros”; e o teórico ainda acrescenta que esse tipo de abuso geralmente não acontece de maneira clara, mas sim utilizando um discurso que procura legitimar essas práticas violadoras e dar idoneidade e aceitabilidade ao processo de dominação (VAN DIJK, 2008). Como, por exemplo, o discurso que se vê no texto literário, objeto de estudo aqui analisado.

O conceito de ideologia, assim como o de poder, é complexo e exige um estudo mais elaborado que leve em consideração a gama de teorias que se debruçaram sobre a relação entre pensamento, realidade e sociedade. Contudo, por possuir papel central no campo dos estudos do discurso, a

concepção de ideologia da ACD procura entender como ela possibilita a manutenção ou transformação das relações de poder, como fica explícito nas palavras de Fairclough (2001, p. 117):

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas de sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Indo por um caminho diferente de Fairclough, os pressupostos teóricos de Van Dijk, utilizados na presente pesquisa, trazem um viés não só crítico, mas também cognitivo, tratando a ideologia como um sistema de crenças compartilhado pelos grupos sociais (VAN DIJK, 2008) e que é utilizado como instrumento de dominação, pela elite que mantém o poder, para manter o *status quo* das massas dominadas, e isso acontece com a deturpação ou o mascaramento da realidade social (WODAK, 2004). Não obstante, Van Dijk (2005) aponta que a ideologia possui diversas funções sociocognitivas e sociais e, assim como possibilita a dominação de um grupo sobre outro, também permite a construção da resistência dos oprimidos nas relações de poder. Entretanto, não é fácil resistir, pois a ideologia possui a capacidade de moldar a realidade e difundir o caráter imutável das coisas:

Os grupos ou classes dominantes tendem a esconder sua ideologia (e, portanto, seus interesses) e terão por meta fazer que esta seja, em geral aceita como um sistema de valores, normas e objetivos "geral" ou "natural". Nesse caso, a reprodução ideológica incorpora a natureza da formação de consenso, e o poder derivado dela toma uma forma hegemônica (VAN DIJK, 2008, p. 47-48).

A ideologia está intimamente ligada aos conceitos de poder e discurso: o poder emana da ideologia que, por sua vez, é materializada no discurso. Nesse sentido, de acordo com os pressupostos teóricos de Van Dijk (2008), nenhum discurso público é neutro.

Por seu papel de possibilitar a manutenção do poder e da dominação, a ideologia dialoga intimamente com a questão do racismo. É preciso, no entanto, entender o papel social e político do racismo, para, então, compreender sua força ideológica e sua relação com a prática discursiva. É o que se verá no próximo capítulo.

Racismo: uma mácula histórica

Antes de iniciar a discussão sobre o racismo e sua relação com os estudos do discurso, é necessário explicar como o conceito de raça evoluiu de categoria biológica científica para um *status social*, e o que isso significou para a população negra brasileira.

O termo *raça* vem da palavra italiana *razza*, vocábulo das ciências naturais utilizado para classificação de espécimes biológicas. Segundo Martins (2004), o conceito foi atribuído para diferenciar os seres humanos, principalmente pela cor da pele, a partir de 1684, na França, dando vazão ao pensamento racionalista de diferenças naturais e biológicas que revelam distinções de tratamentos e comportamentos sociais (MARTINS, 2004).

A legitimação das ideias racistas acontece através da subversão das ideias originais dos estudos de Charles Darwin e o desenvolvimento dos estudos antropológicos nos quais a suposta superioridade estética e biológica branca foi defendida e as diferenças entre os indivíduos explicadas com o intuito de definir quais raças possuíam capacidades biológicas, comportamentais e culturais determinadas para o desenvolvimento cultural e intelectual (ARAUJO, 2010).

A suposta "diferença entre os homens", apoiada nas máximas de Darwin, fortaleceu as teorias da corrente poligenista, que analisava os seres como sujeitos sociais que refletiam os atributos físicos e morais da raça à qual pertenciam (SCHWARCZ, 2018). Os principais teóricos dessa corrente ficaram conhecidos como "deterministas sociais", como bem cita Schwarcz (2018, p. 406):

Distante do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kid (1875)

acreditavam que as raças constituiriam fenômenos finais e imutáveis, sendo todo cruzamento entendido como um engano; um sinônimo de degeneração, não só racial como social.

Nesse sentido, os pensadores citados preconizavam que a realidade da existência de raças estipulava a superioridade de algumas sobre outras e isso era determinado por suas características físicas, morais e de origem. Sendo assim, não deveria haver interesse em se misturar essas raças para não dar vazão à degeneração social.

Essa pesquisa científica, corroborada por pensadores proeminentes, influenciou inevitavelmente a organização das sociedades europeias, principalmente no que diz respeito à questão política. O entendimento era de que ou as "raças inferiores" se submetiam aos "superiores" ou eram eliminadas. Em resumo, a eugenia era pregada como método e refletia que a capacidade para o crime e as falhas morais estavam relacionadas ao gene, ou seja, eram hereditárias (SCHWARCZ, 2018). A pesquisa de Schwarcz dialoga com o historiador Skidmore, que aborda a questão racial no país em seus estudos. De fato, Skidmore vai mais além, ao afirmar que a raça não representava dilema algum para a sociedade brasileira, pelo menos não até a abolição da escravidão (SKIDMORE, 2012).

Após a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, surgiu a preocupação, por parte da elite brasileira, do que seria feito com as pessoas negras. Já que não eram mais escravizadas, elas tinham o direito de ganhar o *status* de cidadãos, mas, ao mesmo tempo, não podiam compartilhar do lugar social do branco, pois tinham o passado escravo bem às costas e não compartilhavam as mesmas características biológicas da elite brasileira (SKIDMORE, 2012).

Após a abolição e até o ano de 1920, as teorias racistas, que já estavam defasadas no âmbito internacional, ganharam muita força no Brasil, e se tornou comum o incentivo à miscigenação, pois, segundo a visão da época, o gene branco era naturalmente mais forte e logo se sobreporia ao gene negro (SCHWARCZ, 2018). Nesse sentido, a discriminação racial estava relacionada ao elemento fenotípico do indivíduo, isto é, às características físicas mais próximas do padrão caucasiano, as quais eram tomadas como fatores de aceitação social e possibilidade de desenvolvimento na vida cotidiana, no mercado de trabalho e mesmo de elevação social. De modo geral, tal realidade proporcionou ao pós-abolição brasileiro, no que se refere ao negro que buscava inserção social, a tentativa de "se branquear" para ser aceito socialmente.

Assim, o discurso científico propiciou os precedentes do desenvolvimento do racismo brasileiro e perpetrou o ideário do cotidiano, da política, da moral, da justiça, possibilitando a prática da discriminação e exclusão. "Evitava-se" o padrão negro, a fim de transparecer um Brasil mais branco e, assim, mais europeu ao mundo. Essa exclusão também se dava através da representação da pessoa negra de forma negativa, no intuito de negar a cidadania e sempre remeter a figura negra a um local de servidão e submissão que já não existia judicialmente, que foi o período escravocrata (SKIDMORE, 2012).

Hoje o conceito de raça evoluiu de uma categoria científico-biológica e se tornou um conceito ideológico, que retrata as relações de poder na sociedade. Ainda existe no imaginário social a construção de raças fictícias, a partir de diferenças fenotípicas, que colocam os indivíduos em grupos sociais que podem ser considerados inferiores e superiores, gerando, assim, o racismo (LOPES, 2007).

Ao se refletir sobre tais questões, que envolvem discussão sobre racismo, exclusão, dominação, entre outros, especulou-se qual seria o campo teórico que daria subsídios para analisar os discursos que colaboram para a repercussão de tais práticas. A Análise Crítica do Discurso se apresenta como fundamentação e, por isso, a presente pesquisa se debruçará sobre algumas considerações a respeito da relação entre racismo e ACD no próximo tópico.

Relações raciais sob a ótica da análise crítica do discurso

O processo de escravidão foi marcado pela subjugação dos povos africanos através da força física, e houve a resistência ao sistema escravocrata por parte da população dominada. Entretanto, foi apenas no processo do pós-abolição que o discurso racista ganhou força e possibilitou a "escravização" das mentes, construindo uma ideologia que legitimou o lugar

de servidão da mulher negra, que já não era mais escrava, e que se reflete até os dias atuais (DIJK, 2008).

Os portugueses trouxeram ao Brasil a ideologia que determinava os superiores e inferiores na Europa. Silva e Rosenberg (2014) destacam que, inicialmente, esses discursos referiam-se aos judeus, estendendo-se, depois, aos negros e aos ciganos. No caso dos negros, essa ideologia também abarcava os libertos ou nascidos livres. Isso significa que não importava seu status social, pois eram as suas características físicas negroides ou a sua ascendência que determinavam seu lugar social na sociedade colonial. Esse discurso sobreviveu no imaginário brasileiro e hoje ganha novas facetas, mas a sua essência, de limitar a atuação social da pessoa negra, continua firme.

Van Dijk (2008), em seus estudos críticos do discurso, define racismo como um sistema social de dominação de tal complexibilidade que precisa ser dividido em um subsistema cognitivo e um social, que "[...] é constituído por práticas sociais de discriminação no (micro) nível local, e por relações de abuso de poder por grupos, organizações e instituições dominantes em um (macro) nível de análise" (DIJK, 2008, p. 134). A respeito do subsistema cognitivo, Van Dijk (2008) aponta que ele se constitui a partir de modelos mentais estereotipados e ideologias racistas que compartilham representações sociais sobre Nós e Eles, que, por sua vez, legitimam práticas de discriminação cotidianamente reproduzidas: "o discurso racista geralmente enfatiza as Nossas coisas boas e as coisas más Deles, e desenfatura (atenua, oculta) Nossas coisas más e as coisas boas Deles" (VAN DIJK, 2008, p. 137). Nesse sentido, o que pertence a "Nós" é considerado aceito, legítimo, natural, e o que pertence a "Eles" é ilegítimo, não natural, não aceito e facilmente questionável.

Van Dijk comenta que as representações racistas na mídia, na literatura e no cinema

[...] perpetuam as imagens centenárias de dominação do Outro nos discursos dos viajantes, exploradores, comerciantes, soldados, filósofos e historiadores europeus [...] oscilando entre a ênfase na diferença exótica, por um lado, e a depreciação supremacista, salientando a inferioridade intelectual, moral e biológica do Outro, por outro lado, esses discursos também influenciaram a opinião pública e deram origem a representações sociais amplamente compartilhadas (VAN DIJK, 2008, p. 127-128).

Essas representações racistas na literatura, por exemplo, podem ser vistas a partir da utilização de estereótipos para nominar os personagens negros nas histórias. Esses estereótipos são destacados em estudo de Silva e Rosenberg (2014) e estão intimamente relacionados ao passado escravocrata, refletindo um discurso de manutenção da ideologia racista, ao atribuir ou definir a identidade da pessoa negra a partir de ideias distorcidas e estigmatizantes.

Para Van Dijk (2008), os discursos racistas são efetivos, pois se constroem a partir de elementos da vida cotidiana, de experiências pessoais e do imaginário coletivo (socialmente construído), além de serem transmitidos por instituições sociais de peso, como a igreja, a escola, a família e a mídia.

A respeito da mulher, Van Dijk (2008) ressalta que o histórico de desigualdade entre os gêneros é o que move o discurso a respeito delas. No caso específico da mulher negra, deve-se levar em consideração todo o histórico escravocrata aqui já tratado como um agravante no discurso que se produz a respeito dela. Nesse sentido, o discurso que envolve a mulher negra está gravemente marcado pela dupla opressão que permeia sua vida: o racismo e o machismo.

Os postulados teóricos aqui observados mostram-se extremamente relevantes para a análise do *corpus* da pesquisa, visto que eles permitirão entender, a partir da obra *Menino de engenho*, como se dão as relações de poder entre mulheres negras e brancas em uma sociedade fundada na escravização do povo negro.

3. José Lins do Rego, o menino de engenho

A obra escrita por José Lins do Rego, publicada em 1932, faz parte do que o autor considera sua coleção de "ciclo da cana de açúcar", e que inclui outras obras como: *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934),

Moleque Ricardo (1935), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943). Como delimitação do corpus da presente pesquisa, escolheu-se a obra inicial do ciclo da cana de açúcar, *Menino de engenho*, por se passar no ambiente rural e retratar o primeiro contato do protagonista com a realidade das negras do Nordeste açucareiro e suas relações de poder com os brancos, e de ser baseada na vida do próprio autor.

A história, narrada em tom memorialista pelo protagonista, tem como pano de fundo o auge dos engenhos de açúcar. O enredo traz a história do menino Carlos de Melo, que, após o assassinato de sua mãe, cometido pelo marido (pai de Carlos), vai morar com o avô materno, José Paulino, no engenho Santa Rosa, na região da várzea paraibana. Lá, o narrador-protagonista vivencia experiências diferentes da capital recifense e que são contadas a partir de sua visão adulta sobre acontecimentos que vão dos seus quatro aos doze anos.

A respeito do autor, José Lins do Rego, nascido em 1901 e falecido em 1957, viveu sua infância no engenho do avô materno, na Paraíba. Estudou em escolas e colégios paraibanos e fez faculdade de Direito em Recife. Na capital pernambucana, fez contato com intelectuais do movimento modernista-regionalista, que buscava renovar a cultura regional nordestina e era liderado pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, autor de diversas obras e artigos que tratam da temática racial (BOSI, 2013). A publicação de *Casa-Grande e Senzala*, por Freyre, por exemplo, impregnou as classes intelectuais brasileiras, principalmente as que participavam do movimento regionalista, de um discurso sociológico de "democracia racial". Isto é, no Brasil da época de Freyre e Rego, não havia racismo, mas sim uma pretensa cordialidade entre as classes raciais, mediada pela benevolência das elites brancas (SCHWARCZ, 2018).

É importante destacar que as influências literárias e ideológicas que um autor recebe ao longo de sua vida são extremamente importantes para compreender o desenvolvimento de sua obra. No caso de Rego, a amizade com Freyre chegou a influenciar a escrita do autor paraibano, que se considerava discípulo do sociólogo. Bosi (2013, p. 425) comenta que a poética de Rego é "[...] feita de lugares-comum veristas afetados por um neorromantismo nostálgico, afim à visão de mundo de Gilberto Freyre". Ambos os autores escreveram sobre as relações raciais entre negros e brancos; Freyre, a partir de um ponto de vista sociológico, e Rego, com uma visão poética da realidade.

3.1. O discurso de representação da mulher negra em *Menino de engenho*

Por ter durado mais de três séculos e meio no território brasileiro, a escravidão impregnou as relações sociais entre negros e brancos, mesmo após ter sido abolida. Na obra *Menino de engenho*, as personagens negras, na condição de "libertas do cativo", povoam a narrativa, a despeito de não serem protagonistas da história ou sequer terem algum papel central. Interessante, porém, observar, que tais personagens, vistas pela ótica dos brancos, realizam ações que acabam por contribuir para mudanças nas histórias dos personagens brancos.

As mulheres negras estão presentes na narrativa em vários momentos e podem ser socialmente divididas em dois grupos: as "negras da cozinha" ou trabalhadoras da casa grande, e as "mulatas", das quais não se menciona com exatidão quais são os ofícios, pois o foco do narrador-personagem, ao se referir a elas, é na sexualidade.

Sobre o primeiro grupo, Carlos descreve suas cenas com uma memória afetiva e nostálgica, como no trecho: "A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito" (REGO, 2002, p. 88) e ainda em:

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos (REGO, 2002, p. 83-84).

Observa-se na narrativa, além da afirmação de posse vista na expressão "as negras do meu avô", um discurso de reciprocidade, pois o narrador afirma que, já que o coronel José Paulino dava comida e vestuário às negras, elas retribuía parindo mão de obra escrava. Nesse sentido, as mulheres negras não perdiam o status de cativas e ainda eram obrigadas a contribuir para a manutenção de velhas desigualdades no período do pós-abolição. Além da comparação com animais – uma clara tentativa de "tirar" a humanidade da pessoa negra –, é possível perceber também a naturalização da servidão, atrelando essa característica ao sangue. O determinismo nesse discurso acaba tolhendo qualquer possibilidade de desenvolvimento das mulheres negras fora da realidade do engenho, submetendo sua imagem apenas ao trabalho forçado e romantizando-o, como no caso das negras da cozinha. A presente pesquisa, então, se deterá brevemente sobre algumas personagens negras, para compreender o discurso que as envolve no contexto da narrativa.

O personagem Carlos é apresentado às negras quando chega ao engenho. A presente pesquisa destacará duas das personagens retratadas na obra: Galdina e Maria Gorda. A primeira que ele conhece é Galdina, uma africana de Angola, que fora trazida à força ao Brasil:

Viera de lá com dez anos. Furtaram-na do pai. Um seu irmão a vendera aos compradores de negros, e marcaram-na no rosto a ferro em brasa. Contava a sua viagem de muitos dias: os negros amarrados e os meninos soltos; de dia botavam todos para tomar sol onde viam o céu e o mar. Já estava contente com aquela vida de navio (REGO, 2002, p. 87).

Dado a sua propriedade documental, a obra aqui analisada guarda, em certa medida, verossimilhança com a realidade escravista brasileira. Segundo Ariza (2018), era comum o tráfico negreiro de crianças africanas, pois o custo de transporte era menor em comparação aos adultos, já que, no lugar de um adulto, podiam ser levadas de duas a três crianças. Essas crianças eram vendidas e obrigadas a fazer tarefas domésticas pequenas e, ao se tornarem adolescentes, os homens eram enviados para os trabalhos nos cafezais ou canaviais e as mulheres eram obrigadas a reproduzir mão de obra escrava, através do estupro, serem amas de leite e fazerem o trabalho doméstico (ARIZA, 2018).

A realidade do tráfico negreiro, na voz do narrador-protagonista, toma um sentido mais pueril, pois nega a vivência dos navios negreiros e as condições desumanas a que eram submetidos os africanos, como aponta Rodrigues (2018, p. 346), ao analisar documentos que descrevem como um navio negreiro era por dentro: "o teto era baixo e o lugar tão apertado que eles ficavam sentados entre as pernas uns dos outros, formando fileiras tão compactas que lhes era totalmente impossível deitar ou mudar de posição, noite e dia".

Wodak (2004, p. 226), ao fazer uma análise de como se solidifica a ideologia do dominador, diz que "as estruturas dominantes estabilizam as convenções e as naturalizam, isto é, os efeitos da ideologia e do poder na produção de significados são mascarados, e assumem formas estáveis e naturais: eles são tomados como 'dados'." Nesse sentido, o discurso que impregna a história de Galdina é marcado pelo mascaramento de alguns dados reais sobre o modo como eram tratados os negros. Ainda segundo a narração, Galdina fora ama de leite de José Paulino, sendo, por isso, respeitada por todos no engenho. Apesar de ser bem quista pela população do engenho, as condições em que vivia a negra não eram as melhores, pois vivia presa à cama, por conta de uma perna quebrada, em uma "camarinha escura, com cheiro de coisa abafada" (REGO, 2002).

Em outro momento da narração, Carlos conhece Maria Gorda, também africana:

No quarto da negra Maria Gorda não se podia entrar. Nunca conseguíamos nos aproximar desta velha africana. Ela não sabia falar, articulava uma meia-língua, e na hora do almoço e do jantar saía da loca pendida em cima de uma vara para buscar ração. Gritava com os moleques e as negras, com aqueles beijos caídos e os peitos moles dependurados. Era de Moçambique, e com mais de oitenta anos no Brasil, falava uma mistura da língua dela com não sei o quê (REGO, 2002, p. 86).

Percebe-se que o discurso, ao referir-se a Maria Gorda, muda completamente, o que demonstra que, quando a pessoa negra se afasta do ideal de passividade para os senhores de engenho, a descrição deles na obra é pejorativa. A personagem Maria Gorda também é comparada a um animal quando o personagem se refere à comida dela como ração, mas essa animalidade, como já observado, difere daquela dos "bons animais domésticos". A descrição física da personagem acontece com o intuito de reduzi-la a algo horrendo, inferiorizando-a moralmente e intelectualmente. Carlos chega a declarar que ela não é uma pessoa boa: "O diabo dançava com ela a noite inteira. Eu mesmo pensava que a negra tivesse qualquer coisa de infernal, porque nela nada senti, nunca, de humano, de parecido com gente" (REGO, 2002, p. 86). Essa representação reafirma a ideologia do discurso racista de inferiorizar o outro no intuito de justificar a dominação (VAN DIJK, 2008).

Como já mencionado, *Menino de engenho* trata-se de uma obra memorial e documental sobre o período açucareiro do pós-abolição, tratando também, em alguns momentos, do período escravocrata, como mostra a história de Galdina. É possível entrever, então, que a história de Galdina, assim como das outras mulheres negras retratadas na obra, levanta questionamentos sobre o real motivo da população negra não ter ido embora do engenho após a abolição da escravidão. Dada as suas condições de saúde e a idade avançada, não é possível vislumbrar condições de vida melhores para uma recém-libertada fora do engenho, pois, além de não possuir bens materiais, Galdina ainda teria que lidar com o racismo estrutural, que tem raiz na escravização de africanos e africanas no Brasil, que estava inculcado na mente das pessoas e limitava a atuação dos negros na sociedade. Nesse sentido, a "solução" era ficar e "retribuir" a casa e comida dada pelo senhor de engenho com servidão e reprodução de mão de obra trabalhadora.

A respeito das mulatas, deve-se destacar o significado do vocábulo "mulata". Não se tem certeza sobre a origem do termo, mas grande parte dos historiadores concordam que a provável origem é a derivação da palavra "mula", animal produto do cruzamento do cavalo com a jumenta ou da égua com o jumento. Com o caráter mestiço do animal mula, a palavra passou a designar descendentes de escravos frutos da mestiçagem (PAIVA, 2015). Na obra, o termo, que geralmente designa uma mulher jovem, é utilizado como sinônimo de prostituta. Duas mulheres serão de importância para essa análise: Luisa e Zefa Cajá.

A primeira delas, considerada o "anjo mau" da infância do garoto Carlos, é Luisa, retratada como uma mulata que tomava conta do narrador-personagem na trama e, segundo aponta a narração, iniciou o menino "nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria" (REGO, 2002, p. 138). Na descrição de suas "depravações" com Luísa, Carlos afirma que a negra o havia seduzido a ponto de estar preso a uma "escravidão abominável" e não conseguir mais se concentrar em outras atividades do engenho. Em um momento da trama, Carlos acusa Luísa de seduzir e se entregar aos cabras do engenho por ganhos materiais. Ela acaba engravidando, mas não faz ideia de quem seja o pai, pois era considerada, nas palavras do narrador, como uma posse "de todos os cambiteiros do Santa-Rosa" (REGO, 2002, p. 142).

O discurso narrativo constantemente reforça e naturaliza a "imoralidade" das personagens negras:

E todo ano pariam o seu filho. Avelina tinha filho do Zé Ludovina, do João Miguel destilador, do Manuel Pedro purgador. Herdavam das mães escravas esta fecundidade de boas parideiras. Eu vivia assim, no meio dessa gente, sabendo de tudo o que faziam, sabendo de seus homens, de suas brigas, de suas doenças (REGO, 2002, p. 85-86).

O narrador-personagem utiliza a expressão "dessa gente" para marcar a distância entre ele, enquanto pessoa branca, das negras. Van Dijk (2008) menciona que essa estratégia é bastante utilizada para se referir às minorias sociais, como negros e imigrantes. Para as elites simbólicas, grupos sociais que exercem poder na sociedade através do discurso (jornalistas, escritores, artistas, políticos), é necessário enfatizar tópicos negativos sobre as pessoas negras, no caso da obra, a imoralidade.

A outra personagem mulata que tem relevância na vida de Carlos é Zefa Cajá, "grande mundana

dos cabras do eito", uma mulher negra que seduziu o "neto do coronel José Paulino" (REGO, 2002, p. 142). A personagem aparece na trama por volta dos 12 anos de idade de Carlos, que logo se "apaixona" por ela. O menino estabelece com ela uma espécie de troca de favores sexuais: ao passo que ela lhe dá carícias libidinosas, ele rouba comidas do engenho e dinheiro para ela (REGO, 2002). Por conta do comportamento obsessivo, Carlos é denunciado pelos moradores do engenho:

[...]. Foram dizer ao meu avô: – O menino não sai da casa da rapariga. O velho José Paulino então passou-me uns gritos: – Se não fosse pra semana pro colégio dava-lhe uma surra. Mas não fez o barulho que eu esperava. Para estas coisas o velho olhava por cima. A sua vida também fora cheia de irregularidades dessa natureza. Quando brigou com o tio Juca por causa da mulata Maria Pia, ouvia a negra Generosa dizendo na cozinha; – Quem fala! Quando era mais moço, parecia um pai-d'égua atrás das negras. O seu Juca teve a quem puxar (REGO, 2002, p. 143).

Quando diz que o tio teve a quem puxar, Carlos refere-se ao trecho "e eu ia sabendo que o meu tio Juca tinha mulatas em quem mandava" (REGO, 2002, p. 80). Isso deixa claro que "irregularidades dessa natureza" eram práticas comuns na sociedade da época e denotavam que as relações entre mulheres negras e homens brancos não eram naturalmente bem vistas, mas eram aceitas, pois se partia do pressuposto que o branco não conseguia resistir aos vícios e sedução da mulher negra.

Carlos acaba contraindo uma doença venérea por conta de seus encontros sexuais com Zefa Cajá. Os abusos envolvidos nessas relações raciais de poder já são notáveis e atingem o seu ápice quando a personagem Zefa vai presa pelo fato da doença venérea. O interessante é que todos os homens do engenho se envaidecem do feito do menino, inclusive o próprio Carlos, que passou a se sentir homem feito, perseguindo as negras do engenho para novos encontros sexuais (REGO, 2002).

Na sociedade da época, então, o homem branco era estimulado a afirmar sua virilidade antes do casamento, e isso geralmente se dava com as mulatas. Entretanto, ao mesmo tempo, o encontro sexual com uma mulher negra era visto como uma "irregularidade", isto é, mal visto. Percebe-se, por meio da narração, que a visão do jovem narrador reflete o discurso da época: a mulher negra como promíscua, depravada, que seduzia os homens por interesse. Esse discurso tem como objetivo guardar a reputação dos homens brancos e justificar os atos sexuais apontando características sensuais estereotipadas das negras. A mulata, então, é constantemente mostrada na obra como uma iniciadora sexual do branco e responsável por sua depravação.

A representação da mulher negra na obra aqui analisada possui verossimilhança com a realidade do Nordeste açucareiro e pós-escravista. Entretanto, é necessário esclarecer até onde vai essa representação da realidade. Segundo Candido (2002), uma obra literária não pode ser compreendida como retrato fiel de seu tempo, porém ela deve ser considerada uma representação social de determinada época. Isto é, os fatores externos (o social) e internos (a realidade dentro do texto) de sua construção se fundem e são tidos como fundamentais para a estrutura da obra. Nesse sentido, o modo como uma realidade social de determinada época é compreendido acaba refletindo na forma como a literatura é escrita (CANDIDO, 2002). No caso de Rego, o tom memorialista e quase que documental da obra surge da necessidade de representação no texto da realidade histórico-social. Por esse motivo, as ideologias que dominam os discursos do texto literário resultam da visão de mundo que formou a sociedade daquela época, que já estava repleta de discursos raciais estigmatizadores. Ou seja, a narração retrata não só as experiências do menino Carlos de Melo, mas também o contexto sócio-histórico daquela geração. Quem fala na obra, além do narrador-personagem, é a estrutura do patriarcado escravocrata vigente à época.

Esses discursos, todos analisados no corpus da pesquisa, permitiram perceber que a naturalização das relações assimétricas, junto com a ideologia, calcada na escravidão, tentam resgatar a

ordem patriarcal de submissão do corpo negro, seja no trabalho forçado seja na sujeição sexual.

Considerações finais

Após a relação dos elementos discursivos do texto literário, pode-se afirmar que na obra *Menino de engenho* as relações sociais entre senhores e alforriadas é mantida através de uma ideologia de submissão do corpo da mulher negra ao branco. O corpo da negra está sempre sendo utilizado pelo branco e, muitas vezes, pelo negro: seja ao reproduzir mão de obra escrava, seja para o prazer libidinoso. Esses fatos levam à constatação de que a mulher negra está na base da pirâmide social do engenho. Assim como o homem negro que foi escravizado, ela é uma posse, mas sua atuação é mais limitada. As mulheres negras do engenho são submetidas à devoção ao patriarca ou à vida como prostitutas. Caso elas continuem no engenho, ao atingirem a velhice, ficam dependentes da "bondade" do senhor para com elas, pois não possuem mais outras maneiras de "contribuir" para a manutenção das velhas desigualdades da época. Percebe-se, então, que não há possibilidade de vida digna fora do engenho para as negras, pois os discursos racistas, além de naturalizarem a servidão delas, inculcavam no imaginário coletivo a dependência patriarcal.

Outro discurso observado na obra, e que ocorre com certa frequência, é a atribuição de características inerentes às pessoas negras, como a imoralidade e a animalidade. Além disso, a narração revela que, por esses motivos, o negro corrompe o branco, tido como inocente. Esse discurso traz a noção histórica do período do pós-abolição na sociedade brasileira, época em que as misturas raciais não eram estimuladas, pois o sangue negro traria características abomináveis ao branco. Nesse sentido, o romance aqui analisado, apesar de não ser um retrato fiel sobre as relações raciais nos engenhos, traz uma visão das ideologias que dominavam a época a respeito da figura negra.

Foi possível observar que a literatura possui um papel importantíssimo no desenvolvimento da sociedade, pois permite que valores e crenças sejam repassadas para as gerações seguintes, podendo também ser utilizada como instrumento de denúncia ou combate de injustiças. A obra aqui analisada, por guardar em si o passado, possibilitou a ampliação da visão de mundo a respeito do período dos engenhos de açúcar, e permitiu também uma análise crítico-discursiva das construções sociais que dão suporte ao racismo, à discriminação e às desigualdades naturalizadas entre negros e brancos. Observou-se também que a escrita memorialista de Rego tenta descrever nostalgicamente um ambiente marcado pela servidão e discriminação racial, que foi o auge do Nordeste açucareiro. O autor caminha por um discurso de naturalização das condições de vida e relações raciais no engenho, disfarçado em uma visão imaginativa e pueril, mas não consegue esconder em sua poética um lamento pelo fim do patriarcalismo escravagista e rural.

Os objetivos iniciais dessa pesquisa foram atingidos, em sua maioria, visto que em seu percurso sentiu-se a necessidade de certos desdobramentos que não puderam ser tratados aqui, dada a extensão e a complexidade do tema. Sendo assim, esse trabalho não busca esgotar o debate a respeito do discurso racista na literatura, podendo, ainda, ser feitas pesquisas que apontem novos olhares a respeito da temática. Apesar disso, espera-se que este trabalho contribua no sentido de ampliar o debate na área da ACD e suscitar maiores reflexões sobre a utilização da literatura como corpus para pesquisas a respeito do discurso racista, e que possam revelar outras estratégias de manutenção de poder na sociedade, através da linguagem.

Referência

ARAUJO, Artur Antonio dos Santos. **Estereótipos: constituição, legitimação e perpetuação no discurso sobre o negro**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
ARIZA, Marília Bueno de Araujo. Crianças/ventre livre *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2013.

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história e literatura. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2002.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIJK, Teun Adrianus Van. Ideología y discurso. **Revista Utopía y praxis latinoamericana**, ano 10, n. 29, p. 09-36, 2005.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- LOPES, Nei. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- MARTINS, André Ricardo Nunes. **A polêmica construída**: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Universidade de Brasília. Brasília, 2004.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Letra Magna**, ano 5, v. 11, p. 01-18, 2009.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo**: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2008.
- RODRIGUES, Jaime. Navio negreiro *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias raciais *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org.) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. *In*: SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WODAK, Ruth. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (dis)curso**, Florianópolis, v. 4, p. 223-243, 2004. Edição especial.

Recebido em: 05.08.2019

Aprovado em: 18.09.2019

Para referenciar este texto:

OLIVEIRA, Rayane Maria da Silva; MELO-GUIMARÃES, Lilian Noemia Torres de. "As negras do meu avô": uma análise crítico-discursiva da representação feminina em Menino de engenho. **Revista FAFIRE**, Recife, v. 13, n. 1, p. 79-90, jan./jun. 2020.